

SENHORA FABIOLA MENEGASSO DIAS PREGOEIRA DA EQUIPE ZETA DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL – RO.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 274/2019/ZETA/SUPEL/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0002.104856/2019-51
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE
DATA DE ABERTURA: 26 de novembro de 2019.
HORÁRIO: às 09h30min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

A Empresa **RDR CONTRUÇÕES E COMERCIO LTDA**, CNPJ n. 04.257.772/0001-64, sediada na AV. Calama 1836 sala 01 bairro São João Bosco declara, neste ato representada pelo Senhor JOSE MARCELO DA SILVA, empresário e inscrito no CPF - 685.948.012-20, e portador da cédula de identidade RG 523.909 SSP/RO vem a presença de Vossa Senhoria com fulcro no art. 8º do Decreto 2.549 de 02 de setembro de 2013 que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão na forma presencial à presença de Vossa Senhoria a fim de

IMPUGNAR

os termos do Edital, conforme preceitua o §2º do artigo 41 da lei 8666/1993, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

I – DOS FATOS

Trata-se de edital de Pregão Eletrônico sob o Nº **274/2019/ZETA/SUPEL/RO**, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, que tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de locação de auditório, salas com kit de equipamentos de informática, hospedagem, alimentação, coffee break e fornecimento de água e café (almoço, jantar, coffee- break, água mineral e café), visando

atender a realização dos eventos programados pela Agência Estadual de Vigilância em Saúde/AGEVISA-RO, no município de Porto Velho, pelo período de 12 (doze) meses.

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Considerando o item 3.1 do edital de licitação, conforme aduzido, poderá ser encaminhado a IMPUGNAÇÃO até 02 (dois) dias uteis que antecede a abertura da sessão pública

Em consonância com o presente instrumento convocatório e o previsto em Lei, a data para a abertura e recebimento das propostas fora previamente marcada para 26/11//2019 (terça-feira). Assim sendo, tempestiva encontra-se a Impugnação ora apresentada, em razão de atender o lapso temporal devidamente normatizado.

II - DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO 274/2019/ZETA/SUPEL/RO

Compulsando o edital de licitações e seus anexos, vislumbrou-se que Lotes I,II, e III do Edital, referente ao quadro estimativo de preços encontra- se em discrepância com a realidade atual dos valores de mercado.

A estimativa de preços apresentada através do edital deve condizer com uma contraprestação justa e razoável de forma que a empresa vencedora do certame possa auferir lucro com a prestação do serviço, é o que o particular visa.

Entretanto, a estimativa de valores para a prestação dos serviços que é o objeto da presente licitação, apresenta indícios inexequíveis, pois sequer são capazes de cobrir os custos dos serviços, ou seja, não condizem com a realidade do mercado.

Nos termos do artigo 48, inciso II, da Lei n. 8.666/93 é necessário que sejam apresentados preços exequíveis durante o processo licitatório para que seja avaliado perante a administração a proposta de melhor viabilidade, senão vejamos:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou **com preços manifestamente inexequíveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Desse modo, cabe à administração se assegurar que as propostas sejam viáveis e, por isso, deve apresentar em seu edital, neste caso, que os preços sejam coerentes com os preços de mercado nos termos do entendimento do TCU3:

Realize pesquisa de mercado com fornecedores suficientes, de forma a possibilitar estimativa correta dos valores a serem contratados e a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado.

A fim de estabelecer a metodologia para a utilização das pesquisas de mercado para encontrar, sem distorções, os valores praticados, aquela egrégia Corte já se posicionou:

Seja como for, pode-se ainda emprestar ao critério de aceitabilidade uma expressão matemática que tenha como base a média das demais propostas de preços unitários concorrentes na licitação, de forma semelhante ao que se faz com as fórmulas de exequibilidade. Somente como ilustração, um preço unitário que se afastasse para menos de 50% da média dos preços unitários oferecidos pelos demais licitantes seria considerado fora do padrão de mercado e, portanto, sem condição de classificação.

Desse modo, na hipótese de a Administração Pública se ver obrigada a formar estimativa de preços por pesquisa de mercado, deve ela, primeiramente, fazer cotação em tantos quantos fornecedores forem necessários.

Colhidos os orçamentos, a fim de evitar distorções, deve-se encontrar, para cada item, o valor médio e descartar os valores 50% maiores e os 50% menores, para assim descartar do orçamento aquelas propostas que seriam desclassificadas no julgamento.

Observe o que reza o inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8666/93:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

A impugnante tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital, conforme documento (anexo), entretanto, é importante frisar que a cotação da fase interna tem o objetivo de encontrar o valor praticado no mercado para pautar a contratação pública e, assim, mostra-se desarrazoado valer-se de valores obtidos de empresas que não atendem as exigências mínimas para a contratação a que se pretende.

O interesse público não é simplesmente a contratação mais barata, mas a que tenha o menor valor dentro das expectativas de qualidade de execução. Ainda mais em

uma concorrência na modalidade técnica, conseqüentemente, jamais será o de se fixar o orçamento estimativo com preços abaixo dos praticados pelo mercado, muito menos com valores inexecutáveis.

III – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- a) Suspensão da sessão pública prevista para o dia 26 de novembro de 2019 às 09:30 horas (horário de Brasília), tendo em vista irregularidades do certame;
- b) solicitar nova pesquisa de preço de mercado para sanar a incongruência no que tange aos valores apresentados nos Lotes I, II, e III do Edital, a fim de adequá-los aos valores praticados pelo mercado;
- c) caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irrevogação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto

Nestes Termos,

Pede e espera o Deferimento.

Porto Velho, 20 de novembro de 2019.

Anexos:

Contrato Social,

Documento dos Sócios